

A gênese da Ecologia Política como campo de investigação eco-disciplinar: entre os nós de cultura/poder/história/natureza

The genesis of Political Ecology as a field of eco-disciplinary research: in between the nodes of culture/power/history/nature

MATHEUS HENRIQUE DA MOTA FERREIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Diante de uma poli-crise — civilizatória, econômica, ecológica, política, cultural, epistemológica etc —, em pleno tempo de catástrofes, torna-se imperativo repensar (e ‘re-praticar’) modalidades históricas de aproximação entre o cultural e o natural (ou entre o histórico e político, e o ambiental e ecológico). Nos propomos fazê-lo aqui ao nos debruçar centralmente sobre os trabalhos de Aletta Biersack e Anna Tsing, que apresentam uma síntese histórica da ecologia política e suas articulações nas últimas décadas até a formação contemporânea de um campo de investigação ambiental interdisciplinar (centro das produções que relacionam e problematizam a díade cultura e natureza). Com a ajuda das autoras, esperamos ser possível fazer uma breve exposição da complexidade do campo da ecologia política — entendido aqui como um complexo ‘eco-disciplinar acadêmico-militante’ —, com todos os seus diversos aportes metodológicos e sua genealogia de entroncamentos disciplinares diversos, que incluem a história ambiental, a geografia, a antropologia e os estudos das ciências.

Palavras-chave: ecologia política; história ambiental; antropologia ecológica; pós-marxismo; projetos ambientais.

Abstract: *Faced with a poly-crisis - civilisational, economic, ecological, political, cultural, epistemological, etc - in the midst of catastrophes, it is imperative to rethink (and ‘re-practice’) historical ways of bringing together the cultural and the natural (or the historical-political, and the environmental-ecological). We propose to do this here by focusing on the work of Aletta Biersack and Anna Tsing, who present a historical synthesis of political ecology and its articulations in recent decades up to the contemporary formation of a field of interdisciplinary environmental research (at the centre of productions that relate and problematise the dyad of culture and nature). With the help of the authors, we hope it will be possible to give a brief overview of the complexity of the field of political ecology - understood here as an ‘academic-militant eco-disciplinary’ complex - with all its diverse methodological approaches and its genealogy of diverse disciplinary junctions, which include environmental history, geography, anthropology and science studies.*

Keywords: *political ecology; environmental history; ecological anthropology; post-marxism; environmental projects.*

Introdução

Visitando um compilado de produções acadêmicas (eco-disciplinares) do Jardim Botânico de Bogotá, em comemoração ao bicentenário da independência da Colômbia, é possível encontrar tesouros versando sobre o tema das aproximações entre “cultura e natureza”¹. Nos debruçaremos aqui centralmente sobre os trabalhos de Aletta Biersack (2011) e Anna Tsing (2011)², que apresentam uma síntese histórica da ecologia política e suas articulações nas últimas décadas até a formação contemporânea de um campo de investigação ambiental interdisciplinar (centro das produções que relacionam e problematizam a díade cultura e natureza). Com a ajuda das autoras, esperamos ser possível fazer uma breve exposição da complexidade do campo da ecologia política, com todos os seus diversos aportes e sua genealogia de entroncamentos diversos, que incluem a história ambiental, a geografia, a antropologia e os estudos das ciências.

Nas seções seguintes acompanharemos a história deste campo eco-disciplinar — conformado por uma ecologia de teorias, métodos e práticas de distintas matrizes disciplinares — a partir da perspectiva destas duas autoras e dos conceitos e debates de circulação trans-disciplinar que estas mobilizam em suas histórias.

¹ A comemoração do bicentenário da Colômbia não deixa de ser, de alguma forma, uma comemoração das independências das demais nações que então compunham o *Virreinato de la Nueva Granada*, como Equador, Venezuela e Panamá. É também uma comemoração de uma transição continental, de uma luta pelo fim do regime colonial e pela instauração de repúblicas democráticas na América Latina. Para o editor do compilado, esta obra vem em resposta a uma outra transição continental (e global), conforme os debates científico, político e econômico passam a considerar “que vivemos uma ‘crise civilizatória’”, diante de um tempo de catástrofes no qual “a própria sobrevivência da espécie humana” é posta “em jogo nesta relação entre natureza e sociedade” (MONTENEGRO MARTÍNEZ, 2011, p.11). Repensar (e re praticar) modalidades históricas de aproximação entre o cultural e o natural se faz imperativo neste cenário, e por isso este compilado busca nos levar “pela mão pela filosofia e epistemologia, a história do saber e a geopolítica, as imposições homogeneizantes e as afirmações culturais locais e regionais, as ciências naturais e sociais, a biologia e a ecologia, a economia e a antropologia, a política e o poder” (ibid., p.10). Ele conta, para tal fim, com importantes trabalhos de autores ligados ao programa de investigação modernidade/colonialidade (a cujas produções foi associada a noção de uma ‘virada decolonial’), como Arturo Escobar, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez e Esteban Ticona; além de trabalhos de nomes importantes da ‘virada ontológica’ na antropologia como Tim Ingold e Philippe Descola; e nomes ligados mais diretamente ao pensamento ecológico, como Astrid Ulloa, Eduardo Gudynas, entre tantos outros.

² A versão original desse texto de Tsing, de 2001, chama-se *Nature in the making*. *In-the-making* é uma expressão frequentemente empregada por teóricos dos STS ou CTS (*science and technology studies*, ou estudos das ciências, tecnologia e sociedade) para se referir à investigação do ‘fazer-científico’ ou à ‘ciência-em-construção’ (*science-in-the-making*). Assim, a natureza-em-construção também pode se complementar com uma noção de ‘fazer-natural’, a atividade oxímora que expõe a artificialidade no cerne da natureza, o fato de que aquilo que tomamos por mais natural (a ‘própria natureza’) tem também sua história de (de)composições e recomposições.

Uma gênese para a Ecologia Política

O termo ecologia política foi usado pela primeira vez pelo antropólogo “neo-marxista” Eric R. Wolf em 1972³, oferecendo “uma leitura de Marx *heterodoxa em vez de ortodoxa*” (BIERSACK, 2011, p.137) que combinava economia política com ecologia, suplantando suas deficiências em uma investigação “do modo como as relações de poder medeiam as relações humano-meio ambiente” (ibid., p.136). Esse (neo-)marxismo heterodoxo ecológico tem uma de suas origens na crítica — também heterodoxa em algum sentido — frankfurtiana ao conflito produtivo-instrumental entre humanidade/natureza, o qual ressoa com as críticas ecofeministas ao capitalismo-patriarcal e seu desejo de dominação da natureza (como no famoso trabalho de Carolyn Merchant, 1980).

Para Biersack, o arcabouço econômico-político de que faz uso a ecologia política se aproxima mais daquele dos dependentistas e da teoria dos sistemas-mundo, do que propriamente da versão formulada por Marx e Engels (ou outros marxistas considerados ortodoxos): uma economia política com um sistema mundial geograficamente estratificado entre países centrais e periféricos com uma divisão internacional do trabalho (e do poder). Sob efeito da “crítica pós-moderna”, a ecologia política passa a fins do século XX pela transformação do “neo-marxismo da teoria do sistema mundo aos sistemas visivelmente *pós-marxistas*” (BIERSACK, 2011, p.138). A nova ecologia política incorpora as críticas pós-modernas ao modernismo progressista e totalizador, que não teria sido capaz de dar conta de parcialidades, fragmentações e incoerências nos sistemas analisados. Cinco traços determinantes dessa nova fase são destacados pela autora: 1.sem oposição entre material/simbólico, tomando-os como aspectos que se condicionam mutuamente, uma vez que a realidade “está investida de significado, se produz ‘discursivamente’”, ou seja, se produz “mediante práticas significantes” diversas; 2.sem oposição natureza/cultura, pensando impactos recíprocos em termos de “natureza *segunda, social ou humanizada*”, ou ainda de natureza *depois-da-natureza* (como subproduto de atividades e conceitualizações); 3.enfatiza as articulações locais-globais

³ Biersack aponta também para um uso do termo por uma literatura neomalthusiana que enfatizava a discussão dos ‘limites produtivos’ na utilização da terra e do controle demográfico. Outro antecessor da abordagem seria uma ‘ecologia cultural’, pouco afeita à discussão política, “que se centrava na problemática da adaptação ao meio ambiente sem atentar às estruturas de desigualdade que mediavam as articulações humano-natureza” (ibid., p.136).

(articulando a tendência da teoria dos sistemas-mundo de pensar o global e a tendência da ecologia de pensar o local); 4. associada à “teoria da prática”, pensando restrições estruturais/sistêmicas junto a indeterminações de agências e eventos; 5. se preocupa com uma faixa de diferenças/desigualdades mais ampla (que inclui raça, gênero, classe etc), como condições para teorizar as articulações humano/natureza (ibid., p.138-9).

A ecologia política vai tomando sua forma contemporânea, o campo de estudo voltado para as complexas nodulações e enovelamentos entre cultura/poder/história/natureza que não ignora a construtibilidade do que aparece (em ‘nosso’ mundo) como natural — o que destaca Anna Tsing com seu conceito de *projetos ambientais* (TSING, 2011).

Para Tsing, as “paisagens ambientais e naturais se fazem e refazem em relação com variados projetos ambientais”. Tais projetos nomeiam:

conjuntos organizados de ideias e práticas que assumem uma estabilidade provisória [ou experimental, *tentativa* no espanhol] através de sua promulgação social, seja ela [por] costume, convenção, tendência, formação profissional ou particular, mandato institucional ou política governamental. Um projeto é um discurso institucionalizado com efeitos sociais e materiais. Cada projeto ambiental nos impulsiona a um mundo social e natural transformado por meio da forma como combina ideias, políticas e práticas ambientais significativas. (ibid., 2011, p.197).

Os projetos ambientais tsinguanos se ligam aos regimes de natureza de Escobar (1999; 2003) e à discussão de Biersack sobre a segunda natureza. Poderíamos conceber com Tsing a ecologia política como uma ampliação do escopo da economia política, o que transforma o objeto econômico-político nos próprios projetos ambientais. Seu materialismo muda de qualidade na passagem da base econômica (um modo de produção e a organização tecno-industrial das forças produtivas) para a base sócio-natural como modo prático-político-ideológico de configuração (ou *projeção/projeção*) do mundo. A discussão passa da *eco-nomia* à *eco-logia* — do *nomos* de um *oikos* historicamente situado, se passa ao seu *logos* —, o que também podemos compreender como uma mudança no escopo das preocupações econômicas, que devem passar a incluir a questão dos meios de *projeção* da natureza que operam como *condição geratriz* de nossos meios de produção no sentido mais tradicional.

Nesse sentido — de complementação da ‘nova’ ecologia política —, Tsing questiona “como se constitui o meio ambiente nestes projetos de construção paisagística”, e põe perguntas que buscam reorientar a investigação desse novo quadro sócio-ambiental:

“O que se considera como «o meio ambiente» em uma negociação política, estratégia corporativa, iniciativa investigativa, trajetória de vida ou programa de políticas? Como se cria um novo «meio ambiente» em cada projeto?” (ibid., p.197). Uma nova forma de pesquisa interdisciplinar articulando história ambiental, estudos da ciência, ecologia política e antropologia cultural é apontada pela autora como tomando frente em relação a tais investigações. Como veremos ao longo do artigo, esse é o mesmo campo de confluências que Biersack parece indicar na renovação e ampliação histórica da ecologia política que deve se haver com os entramados de cultura/poder/história/natureza.

Essa ‘nova’ ecologia política apresentada por Biersack é materialista, mas não sem *imaginação e sentido* — as dimensões que, como a própria autora coloca, provocam o tensionamento então presente entre o que ela identifica como “perspectivas neo- e pós-marxistas” (BIERSACK, 2011, p.139). O materialismo da ecologia política é descrito em outro trabalho de Biersack (1999) como um “novo materialismo” (a partir *de*, mas *para além* do materialismo-marxista): um materialismo que anula/supera (*overrides*) dicotomias anteriores e relaciona as dimensões simbólico-histórico-políticas à materialidade-ecológica (ibid., p.5). Esse novo materialismo seria uma *nova síntese não-reducionista* (nem redução ao idealismo-culturalista nem ao materialismo-naturalista): “Sinteticamente, atentar ao textual e ao semiótico, por um lado, à história, política, economia e biologia, por outro, é isso a que eu me refiro com o termo *o novo materialismo*⁴” (ibid., p.11). A cultura se torna um sistema de signos articulado a

⁴ Aprofundando um pouco mais essa discussão, podemos dizer que para essa abordagem caracterizada por Biersack (1999), a realidade é definida em termos de *incomensurabilidades conjuntivas*, que se conjugam efetivamente (ou realmente, *wirklich*, como diria Marx no original alemão) por seus efeitos reais no mundo: “A realidade que é gerada através da conjunção [*conjuncture*] de natureza e cultura é antropomórfica, enraizada nas atividades e conceituações de seres humanos, um mundo-da-vida, um termo que eu uso não meramente no sentido fenomenológico, mas no sentido *material* mais forte, em respeito a um mundo-lá-fora que é apropriado, atuado [*acted upon*], manufaturado[ou criado, *crafted*], transformado, um mundo gerado nas e pelas interações humano-natureza. Agora um mundo-aqui-dentro, essa *realidade vivida e utilizada*, é significado pela mente, mas também consumido, comodificado, dado [*given*], modelado [*fashioned*], ou processado e implementado de outro modo. Nesse novo uso, *mundo-da-vida* se refere a uma realidade material/simbólica/política/social/histórica indivisível na qual a divisão natureza-cultura é superada [*bridged*] em nome de uma nova antropologia ecológica monista (Descola e Palsson, 1996), intrinsecamente uma ecologia de incomensurabilidade, predicada no fato de que a vida humana ‘se encontra no entre-lugar [*betwixt and between*]’ (Levi-Strauss 1984) — como Rappaport mesmo teria dito, nem natureza, nem cultura, mas precisamente ambas.” (ibid., p.11). O novo ‘monismo’ eco-antropológico de incomensurabilidades que apresenta Biersack deve ser, necessariamente, também um monismo de traduções. A noção marxiana de uma “natureza humanizada” — como “um ‘ambiente’ que é produzido pela atividade humana” —, assim como aquela de *segunda natureza*, são úteis aqui para pensar esse regime espaço-temporal de realidades “pós-naturais”, “ao mesmo tempo materiais e semióticas”. As noções de *paisagem* [*landscape*] e *lugar* [*place*] também parecem se referir a esse mesmo tipo de espaços-tempos *sempre-já-mediados*, construídos: “Paisagens [*landscapes*] e lugares [*places*] são semióticas [*semio-scapes*”

processos exo-semióticos (à disputa política, à produção econômica e aos processos naturais). As novas ecologias pautadas por esse materialismo notam que “sempre foi possível configurar natureza/cultura em termos dialéticos ou interativos” (ibid., p.11), em vez de dualisticamente. Contudo, a ecologia política que Biersack *reimagina* (‘neo-materialisticamente’) ainda hoje não é um corpo coerente, mas “um espaço fluido e ambivalente que subjaz entre a economia política, a teoria cultural, a história e a biologia”, ‘precisamente’ o terreno da agregação de cultura/poder/história/natureza (id., 2011, p.139) — falar de tal espaço, contudo, pode apenas ser feito de modo *equivoco*, por circuitos de associação cujas ligações possuem ‘precisão relativa’.

Se considerando discípula do antropólogo ecológico Roy A. Rappaport, a autora o toma como figura importante nesse “timonear entre materialismo e idealismo” que marca a gênese do campo eco-político, com sua ênfase: 1.tanto nos processos culturais como *dispositivos de adaptação* (às condições ecológicas); 2.quanto na dupla dimensionalidade das *limitações* humanas, com aspectos simbólicos e materiais, “de sentido tanto como de necessidade” (ibid., p.140). Ao estudar os rituais dos Tsembaga Maring da Nova Guiné, Rappaport apresenta sua determinação por múltiplas funções ou propósitos: sociais, políticos, econômicos, nutricionais e ambientais. Para Biersack, no processo de apresentação, Rappaport vai além da exposição das ‘adaptações humanas’ à ‘natureza externa’, e acaba produzindo uma “etnografia da natureza”: “ um estudo da interseção entre cultura e natureza, enraizada [*arraigada*] na medida em que esta interseção se encontra na atividade humana, na conceitualização, nos valores e nas relações sociais” (ibid., p.141). A abordagem de Rappaport na antropologia ecológica vai, portanto, tentar ultrapassar os limites de um relato funcionalista-adaptacionista que então se fazia comum, para iniciar uma pesquisa etnográfica dos intercâmbios natureza/cultura (ou uma

and semio-locales], saturadas de significado (Feld e Basso, 1996; Hirsch, 1995); elas são feitas através de atos de construção discursiva-cum-material” (ibid., p.12). Materialidade, representação e imaginação se apresentam como “domínios” de um ‘mesmo mundo’ que se inscreve por conjuntos de trocas materiais e atos de significação. Nesse espaço natural socialmente produzido — logo preenchido de política, ideologia, relações de produção e de significação — cada “nova ecologia” (e Biersack lista ecologias simbólica, histórica e política) fornece um “ângulo de visão diferente” sobre o mesmo complexo objeto ecológico: a (pós-)natureza ou (neo-)matéria qua “realidade-multiplex espaçotemporal” em que as “várias novas ecologias se fusionam sinergicamente” (ibid., p.12). Apesar de uma trajetória distinta, o novo materialismo (ecológico) de Biersack, nos parece, não teria dificuldade de entabular conversas com os novos materialismos feministas como os de Barad (2007) e Haraway (2008).

etnografia naturocultural, para usar uma palavra ‘neo-materialista’⁵). Tendo se apropriado da teoria dos sistemas, cibernética e nutrição de forma original e profícua, o autor, contudo, desguarneceu seus flancos para as duras críticas culturalistas e historicistas (que tomaram sua abordagem por mais um funcionalismo ahistórico, de equilíbrios sem atores sociais, de localidades sem processos globais). Sua resposta aos críticos enfatizou o quanto a humanidade vivia segundo significados em um mundo causal sem sentido intrínseco, o qual exige de uma ecologia que pretenda compreendê-lo que esta “deve considerar o significado assim como a causa, e a complexa dinâmica de sua relação” (1979 apud *ibid.*142).

Rappaport, no entanto, reconhece os limites de seu ‘primeiro materialismo’, tendendo a reduzir fenômenos antropossociais complexos aos condicionamentos pelos sistemas ecológicos em que se inseriam. Nessa “ecologia cultural” de viés adaptacionista, a natureza por vezes aparece como “única força causal” capaz de ‘causar a cultura’ como uma adaptação a si, o que esvazia a dimensão sócio-histórica e estrutural de seu poder causal próprio. Rappaport, contudo, adiciona que nós vivemos em termos de significados em um mundo que não é constituído por eles, de tal modo que tanto dependemos dos processos ecológicos em que estamos imersos, quanto somos simbolicamente constrangidos (*constreñidos*) a seguir caminhos que podem se pôr em contradição com tendências que pareceriam orgânico-naturalmente (ou quiçá natural-espontaneamente, *naturwüchsig* como diria Marx) adaptativas. Na transição de sua abordagem a algo mais próximo da ‘ecologia política’, a contradição também poderia aparecer entre “dois tipos de fatores materiais”, os econômicos e os bio-ecológicos, conforme sua análise se volta para as “más adaptações” provocadas por uma economia política (capitalista) indiferente a “valores ecológicos” e tendente à “desorganização das estruturas adaptativas” (*ibid.*, p.143).

É o marxismo, via economia política dos sistemas-mundo, que vem matizar esse ‘primeiro materialismo’ ecológico, trazendo a importância das análises sócio-históricas e a centralidade da (geo)política e suas macro-tendências econômicas: a análise ecológica deve ser capaz de verificar a subordinação das operações locais a um “sistema global de relações de poder”, no que se costuma chamar nesse corpo teórico de “penetração

⁵ Aqui fazemos referência aos ‘novos materialismos’ (DOLPHIJN; TUIN, 2012), como movimento recente na teoria contemporânea, frequentemente associado a autoras ligadas aos estudos das ciências feministas (FSS ou *feminist science studies*) como Donna Haraway (2008) e Karen Barad (2007).

capitalista” (ibid., p.144). A penetração do capital vem também associada à espacialização transnacional da exploração (que divide o mundo em um primeiro-mundo-central-desenvolvido em oposição ao terceiro-mundo-periférico-subdesenvolvido). Esse é o contexto em que Eric Wolf parece ter cunhado o termo ecologia política, em um artigo que fecha a edição especial da *Anthropology Quarterly* de 1972⁶ — uma discussão que ele seguiria em seu livro *Europe and the People Without History*, onde sustentava a posição de que as perspectivas antropológicas devem ser repensadas “à luz de uma nova economia política com orientação histórica” (1982, p.ix apud ibid., p.144).

Muito ao redor da geografia, essa primeira ecologia política vai questionar fortemente abordagens demográficas de caráter neo-malthusiano que se centravam na temática da ‘crise ecológica’ sem posicioná-la nos contextos econômico-políticos e na dinâmica de determinação de desigualdades globais. Uma crítica forte nesse momento enfatiza, por exemplo, o quanto as fomes coloniais foram “socialmente produzidas”, não sendo meras consequências de fenômenos ambientais contingentes, mas dependendo de uma história de mercantilização da produção alimentar e destruição das redes de segurança das “economias morais” camponesas (ibid., p.146).

Trabalhos exemplares desse momento vão buscar explicar categorias ambientais em termos da economia política. Por exemplo, ligando a sobre-exploração dos solos à exploração capitalista da mão-de-obra camponesa, que passava a necessitar de dinheiro (assalariamento) após a ‘penetração capitalista’. Na apropriação de Blaikie e Brookfield no livro *Land Degradation and Society* de (1987), os autores buscam promover um diálogo entre ciências naturais e sociais, o qual, contudo, define a degradação da terra como “por definição um problema social” (ibid., p.1), enfatizando uma abordagem que pretende combinar ecologia e economia política para abarcar a “dialética em contínua mudança entre a sociedade e os recursos da terra, e também no interior das classes e grupos na própria sociedade” (ibid., p.17). Outro aporte interessante que estes autores trazem e que ainda é relevante para o campo hoje é seu “enfoque conjuntural”, que atenta aos conhecimentos e práticas locais em relação às forças ‘globais’ impessoais. Vários outros autores e abordagens contribuíram para esse “consenso de que a ecologia era economia política ou não era nada” nesse momento da “emergente síntese neo-marxista”

⁶ A edição especial da revista intitulava-se *Dynamics of Ownership in the Alpine Context*, e o texto de Wolf (1972) atendia pelo nome *Ownership and Political Ecology* — o que nos leva à discussão sobre propriedade e apropriação, um ponto de interesse convergente entre economia política e ecologia.

da ecologia política — que pretendia “converter a ecologia em uma ciência social” (BIERSACK, 2011, p.147).

A ecologia política, como “virada [*giro*] verde do marxismo” se fez um sítio de fusionamento, gerando sinergias para a “produção e síntese teórica” (ibid., p.148), da qual merece destaque a produção de James O’Connor — elaborada em seu *Natural Causes: Ecological Marxism* (1998). Sua teoria da “segunda contradição” do capitalismo desenvolve à ideia de que, para além da primeira contradição apontada por Marx⁷, há uma contradição *ecológica*, uma vez que o capitalismo consome os recursos de que dependem seus lucros futuros, criando “a contradição básica do capitalismo mundial”: o próprio fato de que “as relações de produção capitalistas [...] degradam ou destroem as *condições* de produção, incluindo e especialmente o meio ambiente” (1998, p.8). Como o movimento trabalhador na luta de classes ‘segue logicamente’ da primeira contradição, desta segunda se segue que os “movimentos ambientais” se apresentarão como “um impedimento para a nova acumulação capitalista” (BIERSACK, 2011, p.148).

Em acordo com a caracterização da ecologia política como sítio de fusionamentos sinérgicos entre abordagens, paradigmas e disciplinas, podemos pensar que a ecologia política em sentido expandido de Biersack converge (ou se sobrepõe/superpõe) com a academia eco-disciplinar de Tsing: um novo modo de investigação na interseção interdisciplinar da história ambiental, estudos das ciências (*science studies*), ecologia política e antropologia cultural (TSING, 2011, p.197). A articulação entre esses campos — que Tsing denomina “academia ambiental interdisciplinar”, e cujo nome podemos torcer para *academia eco-disciplinar* ou somente *eco-academia* — retorce “a pergunta clássica dos estudos ambientais”: em vez de perguntar como a sociedade molda seu meio, passa a perguntar “como a natureza se converte em ator na história social”, ou seja, como os “objetos e projetos ambientais”, configurados por práticas institucionais com efeitos sócio-materiais, “chegam a permitir ou a ameaçar a subsistência e a vida humana?”. O objeto das investigações dessa articulação eco-acadêmica, voltada aos ‘estudos

⁷ Tentando simplificar, a primeira contradição é aquela que move a luta de classes no capitalismo, apresentando a revolução proletária como consequência inerente do funcionamento de uma economia dependente da produção de *mais-valor*, ou seja, da produção de *quanta* de valor apropriados pelo capitalista que excedem o que é pago como salário aos trabalhadores em sua produção das mercadorias. Esse movimento torna o capitalismo um sistema intrinsecamente acumulativo (sua reprodução é sempre expansiva, cumulativa), o qual está fadado a gerar conflitos políticos entre classes cujos interesses são opostos no processo produtivo.

ambientais' em sentido amplo, é a “natureza em construção” (ibid., p.198), entretanto cada uma dessas quatro correntes destacadas por Tsing tem sua especificidade na história de seus questionamentos.

A história ambiental, por exemplo, foi a primeira a propor a questão da *agência da natureza*, ao afirmar que “não apenas a natureza muda historicamente, mas também a forma em que ela atua em relação aos seres humanos” (ibid., p.199). Há uma história natural da agência (natural!), que é consequência também dos modos históricos de composição de projetos naturais, os quais atribuem/constituem a “natureza da agência da natureza” de modos distintos, dependendo das formas historicamente postas de interação entre humanos e não humanos. Elementos ecossistêmicos não-humanos têm tido, por certo, agência em nossas histórias: sua presença ou ausência, os modos como respondem a nossas ações ou como disponibilizam *affordances* para os ‘usos antrópicos’, tudo isso tem *efeitos e consequências* históricas. A história ambiental põe em *relevo* a “natureza histórica” (da natureza) (ibid., p.200).

Já os estudos das ciências (*science studies*) salientam (*ponen en relieve*) a “micropolítica do saber e a experimentação da natureza” (ibid., p.200): são enfatizados os contextos políticos e culturais de institucionalização do saber e os efeitos políticos dos projetos científicos. Como “os protocolos experimentais e as situações de investigação” tornam ‘naturezas’ particulares imagináveis e persuasivas? Como a “agência da natureza para incidir nos assuntos humanos se desenvolve simultaneamente às habilidades humanas para conhecê-la e administrá-la [*manejarla*] de formas particulares”? (ibid., p.200). Essas são questões centrais para esta corrente.

A ecologia política, por sua vez, “oferece uma visão cheia de peso político para os estudos ambientais que está em sintonia com as possibilidades de intervenção orientada a políticas específicas” (ibid., p.201). Em vez de criticar e apontar as relações genéticas por trás de determinadas categorias científico-profissionais, a ecologia política as utiliza “em uma tentativa de dar-lhes uma ponta [*arista*] radical”, mostrando a relevância do Capital e do Estado na produção de paisagens e meios, assim como o modo pelo qual “nossa experiência da natureza está sempre mediada pelas convenções da [forma de] propriedade que regulam nosso acesso aos recursos” do mundo natural (ibid., p.201). Bebendo da teoria crítica, da geografia cultural e da análise marxista de classe e dos sistemas-mundo, essa corrente buscou, na visão de Tsing, pôr em *relevo* as relações

espaciais em suas conexões com as relações de poder (ibid., p.202), expondo os modos como a apropriação local da natureza pode criar resistências a modelos hegemônicos ou facilitar a criação de modelos alternativos de relação com (e concepção do) meio ambiente.

Por último, a antropologia cultural enfatiza o “esforço etnográfico para transformar a perspectiva da vida cotidiana do povo [*la gente*] em debates sobre a natureza”; e também o esforço de etnografar os próprios praticantes da ciência ambiental, os gestores e designers (*diseñadores*) de projetos ambientais, ou de projetos nacionais de conservação e desenvolvimento. Seu enfoque complementa noções da política ambiental com a “análise cultural” e adiciona “a riqueza e profundidade das interações cara a cara a nosso conhecimento da natureza em gestação” (ibid., p.203-4).

A análise quádrupla — reconstruída por Tsing — da “natureza em construção”, ou da “gestação de meios-ambientes emergentes”, implica em transformações recíprocas desses campos em confluência que passam a questionar uma certa “ortodoxia ambiental” (ibid., p.204): 1.historiadores ambientais “pegam empréstimos” da teoria cultural; 2.a ecologia política passa a se interessar pela formação de categorias políticas (unindo enfoques pós-estruturalistas com teorias da resistência e economia política), e pelas relações local-global também no modo como instituições e práticas políticas e econômicas influenciam narrativas, teorias e conceitos que dão base a políticas efetivas de transformação das paisagens; 3.os STS se voltam a contextos de disputas ambientais ao redor de projetos que integram questões teóricas e práticas sobre os ambientes, e levantam “desde questões epistemológicas sobre a natureza da realidade até desacordos importantes sobre o que terá relevância como marcos e categorias sociais e ecológicas” — há ‘terras virgens’? o quanto práticas locais afetaram e afetam tais terras? quais os compromissos práticos e políticos envolvidos com distintos modos de construir conhecimento sobre a natureza? — por exemplo, entre conservacionistas, ativistas sociais ou usuários locais; 4.e muitos antropólogos culturais se tornam antropólogos de projetos ambientais, precisando estender suas metodologias etnográficas com práticas ‘menos locais’ e formas de “análise ‘regional’ histórica” (ibid., p.204-5).

Alguns conceitos e debates geradores do campo eco-disciplinar

Como já comentamos mais acima, o contexto de formação da ecologia política como campo — agora na passagem dos anos 80 aos 90 — esteve orientado por uma forte polarização entre abordagens tidas por idealistas (cujo foco eram as ‘forças culturais e institucionais’) e aquelas que se afirmavam materialistas (cujo foco estava nos processos biofísicos ou na dimensão econômica da apropriação de recursos). O interesse central da “segunda geração” da ecologia política — que coincide com o início da reinvenção do campo por sua confluência com a história ambiental, antropologia cultural e estudos das ciências, de que fala Tsing — responde a esse cenário polarizado, voltando-se para as relações entre símbolos e limitações físicas, e para a decomposição da linha que os distingue, acompanhando a “pretensão revolucionária do pós-modernismo e [...] pós-estruturalismo”, que apresentam a construtibilidade da realidade e, desse modo, sua ‘natureza’ como sendo “em certa medida um artefato humano”⁸ (BIERSACK, 2011, p.148) — não mais a teoria deve refletir uma realidade *anterior* ao significado, mas sim *produzir* uma realidade *posterior* à significação.

Nessa tendência construtivista (*construccionista*), a esfera política é ampliada para incluir “as práticas discursivas através das quais os objetos são dotados de significado” (ibid., p.149). A pergunta sobre a precisão das representações da natureza ou da realidade (ou da matéria) acaba perdendo importância, dando lugar a uma *politização* do campo representacional com a entrada de perguntas como: “que realidade se está construindo, por quem, para quem, com que propósito político, e com que efeito político” (ibid., p.149). Para se referir a uma natureza sempre-já artificial e construtível, Biersack adota o termo marxiano de *segunda natureza*: uma natureza que não é mero objeto das ciências naturais (“original, primordial, extra-humana”), mas que “foi transformada pela atividade humana” — ou ainda, pela “produção *humana*” mediante conceitos e atividades — e se tornou uma parte (nunca inteiramente integrada) do humano (ibid., p.150). A segunda natureza, portanto, não pode ser objeto *apenas* das ciências naturais, pois é um “subproduto da humanidade em sua relação com a natureza e pertence [também] ao

⁸ Essa visão ‘construtivista’ ou ‘artefatualista’, afirma a autora, teria primeiro ganhado atenção “com a diferenciação feminista entre as diferenças sexuais ou anatômicas, por um lado, e o gênero, a interpretação convencional de tais diferenças, por outro” (BIERSACK, 2011, p.149). Essa conexão é exaustivamente explorada na recente tese de Ferreira (2025).

estudo da política, da sociedade, da religião, da arte” etc. Por isso se torna possível “produzir histórias e etnografias de explicações da (segunda) natureza”, ou seja, histórias e etnografias das “articulações e [d]as visões de mundo e [d]as formas de vida que o meio ambiente, já não externo ou anterior à cultura, materializa” (ibid., p.150).

O conceito de *lugar* também aparece no percurso de Biersack quando se encontra a ecologia política pós-marxista com os estudos transnacionais, o que lhe permite repensar o sistema capitalista global em seus processos complexos e contraditórios de articulação com sistemas locais não-capitalistas, os quais limitam sua imaginária “omnipotência” qua capacidade expansiva e inevitável de totalização. O capital já não é uma totalidade onipotente, mas um sistema truncado-sincrético-híbrido-complexo-variado que precisa fazer negociações e acomodações com os locais que condicionam sua ‘penetração’ (ibid., p.151). Se o lugar é “*o sítio estabelecido de articulação e interação local-global*”, estudar lugares se torna um modo de estudar os nós conectivos em espaços relacionais, os quais se diferenciam e se definem por suas articulações constitutivas com esse ‘exterior’ (que assim se introjeta em seu ‘interior’). Todo lugar é o “centro de uma mescla de relações sociais” mais gerais e mais locais, as quais interagem a partir da “história acumulada” deste lugar — uma história que é ela mesma uma sobreposição de camadas de interações já postas (e interpostas e transpostas) entre escalas espaço-temporais distintas (ibid., p.152-3). “Os lugares, em resumo, se constroem historicamente em processos que ultrapassam espacialmente o local e nos quais o extralocal é tão constitutivo quanto o local” (ibid., p.153).

Para alguns pensadores, o *lugar* é um espaço “em essência intermediário” (ibid., p.153) — da *meso*-escala —, que permite pensar *trans*-nacional ou *trans*-versalmente, em termos horizontais e relacionais, ou de uma dialética local-global/micro-macro que suprassume as oposições dualistas/verticalistas da organização espacial. Sob a figura do lugar, os espaços aparecem também como subprodutos da atividade humana, nódulos localizados pelos encontros de processos mais amplos (eco-naturais ou sócio-culturais). Se a “ecologia política neomarxista assumiu que as conexões transnacionais foram forjadas desde cima pelos poderes hegemônicos euro-americanos”, as novas formulações eco-políticas *lugarizadas* consideram a “atividade de base igualmente importante para compreender como se criam, reforçam, contestam ou repelem os espaços transnacionais do capitalismo e colonialismo, chamados globalização” (ibid., p.155).

A construção do espaço para tal ecologia política deve ser compreendida em termos de “*geografia de processos*” ou “criação de escalas” (ibid., p.155), assumindo que os espaços-tempos são também realidades construídas mediante a ação, resultados de práticas sócio-culturais que produzem os espaços-tempos em que transcorrem de acordo com distintas “políticas de escala” (ibid., p.155) — e o lugar, mais uma vez, acaba se tornando um conceito-chave para a articulação de políticas escalares alternativas àquelas que hegemonizam os modos de conceber e construir o espaço planetário. Espaço e lugar (pensados como as dimensões global e local em articulação) “*co-surgem*”, são *co-produzidos* “através da atividade das bases populares” (ibid., p.156), que fazem se atravessar distintas escalas na composição do “espaço transnacional” que se torna o novo interesse das investigações de uma ecologia política nos interstícios de atividades teórico-práticas geográficas, etnográficas e historiográficas (ibid., p.157).

Na sua caracterização da emergente eco-academia, Tsing também destaca o modo como a “escala espacial” se torna o “objeto de análise” de um tipo de investigação que já não pretende reificar quaisquer modos de organização espacial, tomando-so por dados. Há que se investigar “a construção histórica da globalidade”, assim como o local como “um produto cultural criativo”, explicitando as complexas relações por trás da produção de modos de espacialização ou escalonamento: “Entre o local e o global, entra em jogo uma ampla gama de escalas regionais para explicar e transformar [*cambiar*] nossas imaginações do meio ambiente e para nos atrair a novas práticas” (TSING, 2011, p.207-9) de desenho/desígnio/*design*⁹ para a descolonização/descapitalização trans-escalares.

⁹ Na obra de Mignolo *Local Histories/Global Designs* (2000), o autor trabalha a noção de que uma história local (a europeia) se impôs como desígnio ou design global pelo processo colonial. A noção de *global designs* é traduzida no texto de Escobar (2003) por *desígnios globales*. A tradução mais comum para o termo como costumeiramente utilizado, em português, seria mantendo ‘design’ (a atividade de concepção e/ou projeção de um plano/planta/sistema/arquitetura a ser concretamente desenvolvido; como nos projetos ambientais de Tsing). Em espanhol, contudo, é comum se referir a tal atividade como *diseño/desenho*, que é uma das traduções possíveis para *design* também em português. A outra, ‘desígnio’ (um propósito, finalidade, disposição, que não deixa de implicar uma ‘orientação a um projeto’, ou à ‘execução de um desenho/plano/planta’), contudo, não parece bem abarcada pela palavra *diseño*. Nos parece que a tradução que faria mais sentido ao português, portanto, seria optar simplesmente por ‘design’. Entretanto, para aqueles que trabalham *entre* línguas (ou trans-linguisticamente), talvez faça sentido optar pela tripla sobreposição, que encadeia e relaciona os sentidos, saturando e explicitando o espaço semântico que ocupam: assim, *designs/diseños/desígnios* globais são os modos de projeção a partir do complexo euro-moderno-colonial ao mundo (que se globaliza de acordo com tal desígnio universalizante, com tal desenho de como o mundo unificado deveria parecer, com tal design que ordena as disposições das demais culturas e saberes e práticas no mundo).

Tal modo de conceber as dinâmicas de lugarização/espacialização (ou de produção de escalas) também ajuda a perceber que as formas de resistência popular (à ‘penetração moderno-colonial-capitalista’) jamais são ‘puras’. Elas podem, por exemplo, ser “apropriativa[s] mais que opositiva[s], uma questão de se apropriar à força do desenvolvimento para os fins dos indígenas” (BIERSACK, p.159), como no caso dos Penan de Sarawak, que “desejam participar nos debates públicos” para ampliar seu “campo de ação” política e adquirir poder para disputar sua forma de inserção nos “processos democráticos” (ibid., p.159) — às vezes a apropriação é condição necessária para a oposição; a adaptação/acomodação para a transformação; a capitulação para a gestação de uma ainda distante ‘vitória’ futura.

As resistências, apropriações, cooptações ou cumplicidades dos grupos locais estão sempre motivadas “desde dentro assim como desde fora”, em termos do potencial causal de sistemas externos, assim como “em termos das perspectivas e formas de vida vernáculas que se afirmam de maneira tácita ou explícita” (ibid., p.160). Todos os conflitos e negociações se dão nesse espaço de interface político/cultural, entre as lutas por direitos, poder econômico e político-institucional, e as lutas em torno de significados e representações, de tal modo que a ecologia política, para ser abrangente, deve incorporar “em seu estudo a consciência, a ideologia, e o significado e a relação entre estes e a vida material” (ibid., p.160), para além de um amplo espectro de diferenças (de classe, raça, gênero etc) com seus efeitos sobre o “acesso aos recursos e o controle dos mesmos” (ibid., p.161). Se as “políticas culturais residem não fora, mas *dentro* da ecologia, como condição histórica das articulações humano-natureza”, então a “produção sócio-histórica da diferença”, assim como as assimetrias discursivas e materiais na produção de conhecimento sobre ela, são assuntos eminentemente ecológico-políticos (ibid., p.162). Ao reformular o eixo primeiro-terceiro mundos em termos “mais horizontais, dialéticos, como um espaço transnacional de participação não teleológica (mesmo que limitado)”, a ecologia política confere agência histórica e geográfica aos sujeitos subalternos, que possuem poder sobre a produção de seu lugar qua situação espaço-temporal: isso a afasta de modelos em que o Capital (ou a Europa/Centro/Primeiro-mundo) possuem toda a agência e a posiciona como participante e contribuinte dos estudos pós-coloniais, “em particular na área do desenvolvimento” (ibid., p.162-3) — e suas críticas.

A complexa ecologia política que começa a se desenhar dessa forma pode ser denominada — para além de descolonial em seus compromissos com a lugarização e com a crítica e transformação das lógicas espaço-temporais, geo-históricas ou trans-escalares moderno-capitalista-coloniais — neo-materialista em sua preocupação com as interrelações e intercomposições entre natureza e sociedade (ou eco-antropológicas), atentando para o que Escobar chamou de regimes naturais: “convenções e institucionalizações variáveis em termos sócio-históricos das articulações humanos-natureza” (ibid., p.164). Regimes natur’antrópicos — ou de projeto ambiental/natural para voltar a Tsing —, com suas interpenetrações e articulações históricas, devem ser objetos de análise privilegiados para uma ecologia política (e antropologia ecológica e história ambiental e estudos eco-científicos) que pretenda pensar a historicidade e os intercâmbios trans-regionais de regimes ecologicamente variáveis (em vez de assumir ‘unidades culturais’ em evolução isolada). A ecologia política nessa trajetória pode ser descrita como preocupada com a “*etnografia da natureza*” — como no trabalho de Rappaport —, a etnografia, todavia, de uma natureza ‘segunda’, “integrada às realidades sócio-históricas, [...] disposta entre a biologia e a história” (ibid., p.164), e compreendida como sempre-já ultrapassando o nível local — não pela sua simples subsunção a uma dinâmica global-capitalista, mas pela sua inserção em dinâmicas de globalização e produção transnacional de lugares com múltiplos espaços em oposição/negociação/colaboração, múltiplos agentes, eixos escalares, *loci* de geração de valores (populares, estatais, mercadológicos) e sítios de articulação natur’antrópica.

A ‘etnografagem’ dessa natureza pós- ou *trans*-natural participa também da tarefa eco-política de “descolonizar a produção do conhecimento ambiental e político ecológico”, se comprometendo com uma “consciência crítica de sua própria implicação na mesma dinâmica que estuda” (ibid., p.165). Isso significa que o conhecimento moderno-científico sobre o ambiente jamais pode ser admitido como fonte única para a tomada política de decisões, devendo “a ecologia política idealmente indaga[r] outros corpos de conhecimento prático e teórico no espírito da descolonização do conhecimento ambiental” (ibid., p.165); os mesmos que Escobar descreveu como “baseados-no-lugar” (2000) e associados a matrizes cosmopráticas¹⁰ que se inserem nas disputas ecológico-

¹⁰ Nos deparamos pela primeira vez com a palavra *cosmopraxis*, no sentido de uma *praxis* de constituição cosmológica, em entrevista de Alexandre Nodari (2019) e a adotamos desde então. Em seu uso, a palavra aparece associada a uma análise de regimes ou “gêneros sócio-cosmológicos diferentes” a partir da

econômico-políticas globais desde seus territórios e suas lutas por outros modos de habitar e prosperar neles.

Como outras práticas que começam a depender de materiais etnográficos, a ecologia política também passa a ter que lidar com “problemas de representação, reflexividade e posicionalidade”, conforme os “*escritos* da ecologia política têm um impacto material incontornável” que exige a autocrítica reflexiva dos pesquisadores e suas práticas (ibid., p.166). Biersack destaca também os movimentos recentes de aproximação da antropologia e geografia (exemplificados na circulação comum de conceitos tais como paisagens, lugares, espaços, escalas). Se antropologia é uma ciência da experiência humana, geografia é uma ciência do espaço, e a história uma ciência do tempo, as três precisam necessariamente se imiscuir para produzir as respostas necessárias para as questões da ecologia política. Mais que isso, as “perguntas são sempre geográficas, históricas, antropológicas, políticas, econômicas e sociológicas”¹¹ (ibid., p.167) se pretendemos dar conta de questões que ocupam um campo sempre já composto por cultura/poder/história/natureza.

A tendência construtivista na eco²-política (lugares, territórios, naturezas, economias e regimes natur’antrópicos ou projetos ambientais são construtíveis, estão sempre *in-the-making*) trouxe à tona também o debate entre realismo/construtivismo: será que a *primeira* natureza é ‘real’ ou também apenas um construto? Um pouco polemicamente, Biersack se arrisca a dizer “que o argumento de que não há natureza, só «natureza», uma construção, é pouco atraente para a maioria dos ecologistas políticos, para quem as apostas devem ser reais e materiais se vão ser plenamente políticas” (ibid., p.167). Algum grau de ‘realidade/materialidade’ parece, portanto, ser imprescindível para que haja *efetividade política*. Sim, a natureza não pode ser separada (ontologicamente) de seus contextos prático-epistêmicos de determinação, mas isto apenas implica a complexificação da ‘realidade’ da natureza (seja uma natureza segunda ou terceira ou de

oposição de Oswald de Andrade entre um patriarcado (ancorado na propriedade, herança e concentração) e um matriarcado (amparado na reciprocidade, transitividade e distribuição do poder agencial): “Parece-me evidente a diferença entre os efeitos ambientais entre uma e outra *cosmopraxis*, e também qual delas nos trouxe as mudanças climáticas, e qual pode apresentar ‘Roteiros’ diante desse cenário” (ibid., p.28).

¹¹ Ou talvez sejam perguntas que sempre devem estar atravessadas por múltiplas *lógicas*, perguntas geo-crono-sócio-político-antropo-eco²-*lógicas*. O eco², também presente em nosso uso do termo eco²-política faz referência a esse entroncamento entre *economia* e *ecologia* políticas. Sobre essa discussão e o desenvolvimento da noção de uma eco³-política — que coliga os outros dois termos à *ecologia* (política) de práticas ou à ontologia política — ver Ferreira (2024).

graus outros). Para Biersack, de modo bastante pragmático, “a ecologia política não pode se permitir abandonar essa medida de realismo que lhe permite diferenciar, por exemplo, o vermelho como símbolo do vermelho como efeito químico com respeito ao problema ambiental de Porgera (Biersack, 2006a)” (ibid., p.167).

A segunda natureza como “pós-natureza [*post-natureza*]”, como atividade de construção-na/da-natureza, não pode substituir a natureza. Ela “constitui a *interface* entre a (primeira) natureza, por um lado, e a cultura, o poder e a história, por outro”, de tal forma que uma linha é traçada em cada contexto — em cada sítio histórico-prático ou a partir de cada lugar — entre as diferentes regiões dos agregados materiais de cultura/poder/história/natureza. Não há como determiná-la *a priori*, pois apenas com o esforço de traçar tal linha em cada caso se torna possível salientar (*ponerse en relieve*) “o nexos da cultura/do poder/da história/da natureza” e que este mesmo nexos possa “se converte[r] em objeto de análise” (ibid., p.167-8).

O espaço a partir do qual se pode pensar a segunda natureza inter- (ou *trans-* ou *eco-*)disciplinarmente recebe o nome aqui de “base média militante [*militant middle ground*]” (HERZFELD, 2001, p.x). Um espaço a uma “distância cética dos extremos solipsistas [...] da teoria sociocultural moderna: o pós-modernismo e o positivismo em seus excessos mais dogmáticos”, um espaço “que é ao mesmo tempo altamente resistente ao [auto]fechamento, e que é verdadeiramente fundamentado [*grounded*] em uma apreciação aberta [*open-ended*] do empírico” (HERZFELD, 2001, p.x). Tal espaço não ignora “a virada [*giro*] linguística e cultural da ecologia política e seu compromisso com temas de poder e história”, contudo “também deve abordar as apostas *materiais* de um mundo *material*”: a ecologia política só “funciona produtivamente no espaço” da relação natureza-cultura, da relação entre “significação e outras práticas, de um lado, e uma realidade material extralinguística, do outro” (ibid., p.168). Na leitura de Biersack, o deslocamento que leva a ecologia política à ‘base média militante’ é o mesmo que a impulsiona “do modernismo ao pós-modernismo”; ou seja, do dualismo da separação entre humano e natureza, calcado na certeza da superioridade antropocultural, ao monismo sem certezas ou hierarquias ontológicas que *insere* a humanidade na materialidade natural (ibid., p.169):

Ingressar no espaço da “base média militante” de Herzfeld (2001:x) é o destino da ecologia política. Pois se a ecologia política atuasse de outro modo, ela estaria minando os movimentos sociais ambientais e as campanhas de oposição (Peluso e Watts, 2011; veja também Demeritt, 2011:28; Castrée e MacMillan,

2011; 209), renunciando a sua responsabilidade de dar testemunho dos desastres ambientais e seus custos humanos, limitando o significado da palavra *política* ao poder de nomear, um empobrecimento do terreno que poucos acolheriam, e estaria impedindo o poder explicativo da ecologia política. E, assim, com toda a necessidade do antropocentrismo da ecologia política, ela deve também ser ecocêntrica (veja-se Vayda e Walters 1999), mesmo que em formas *reconstruídas*, formas que abordam a natureza *em seu contexto sóciohistórico*, ou seja, como um aspecto da *segunda* natureza (veja-se a discussão em Dove, 2001). Somente se se aplica como uma ciência ambiental e ao mesmo tempo como uma complexa “ciência” social-humana da natureza, será possível alcançar a utópica colaboração imaginada no início, uma colaboração de “diversas redes de acadêmicos e outros grupos interessados” (Blaikie, 1999:131) no terreno da cultura/do poder/da história/da natureza. (ibid., p.168-9).

Como pode funcionar essa rede de acadêmicos e grupos de interesse que se debruçam sobre um mesmo (e talvez não-só) objeto complexo e multidimensional? A constituição do campo eco-político (ou da eco-academia interdisciplinar de Tsing) depende dos modos práticos de elaborar respostas para essa questão por entre “as manifestações [*protestas*] e colaborações sociais implicadas na produção de objetos, projetos e posições políticas ambientais” (TSING, 2011, p.212). Como se produzem aí *alianças* e como estas se fazem contar e se coordenam? Às vezes, nos fala Tsing, a investigação colaborativa parte da disparidade e incongruência na formação de projetos ambientais: “frequentemente o objeto de investigação é uma série de mal-entendidos sutis, mas constitutivos, que os participantes mesmos estão dispostos a ignorar [*pasar por alto*], ou inclusive a negar, ao propor o projeto conjunto” (ibid., p.213).

Esse tipo de objeto constituído por mal-entendidos recíprocos que, contudo, fornece a base para a mobilização comum, é chamado por Tsing de “objeto-limite”, “um objeto que agrupa variadas comunidades de interpretação por suas capacidades comuns de ler este objeto, mesmo que cada uma o faça a seu modo” (ibid., p.214). Grupos distintos produzem *traduções* sobre objetos-limite que lhes parecem comuns, mesmo que divergentes; dessa maneira “se engrenam as muitas representações do movimento, permitindo aos ativistas locais e aos defensores internacionais de tipos bastante diferentes imaginar um objeto comum, ao menos por um momento”. Qualquer movimento social, de mobilizações em vilarejos a campanhas transnacionais exige, para Tsing, essas “colaborações talvez inapropriadas, e sem dúvida baseadas em mal-entendidos” (ibid., p.214), os quais são, mais uma vez, frequentemente desejados pelos grupos envolvidos. Assim também, em meio a disputas e negociações políticas entre múltiplos atores e coletivos sociais, a luta por território pode se transmutar em luta ambiental, em luta pela

descolonização de saberes, em luta por outros modos de relação com a natureza, em luta por mundos outros. As linguagens e práticas em circulação entre distintos grupos sociais e grupos de pesquisa (e mesmo grupos acadêmico-militantes) passam a produzir, por sobre os mal-entendidos que facilitam a individuação dos objetos-limites comuns, pontes que permitem suas alianças.

Conclusão

No caso da ecologia política (ou eco²-política, para tensionar um objeto-limite econômico/ecológico/político/histórico/geográfico/antropológico), a interpelação pelas crises ambientais e os crescentes “custos ecológicos do capitalismo”, a leva a se modernizar “em termos pós-marxistas e pós-extremistas”, participando de debates contemporâneos, aos quais aporta “uma medida de realismo e materialismo que não abandonará, não pode abandonar, e que falta a outros sistemas [*frameworks*]” (BIERSACK, 2011, p.174). Nem naturalista-positivista, nem tão somente sócio-construtivista, a ecologia política insiste em reorientar debates rumo à “base média militante”. Com seus aportes mais metodológicos que teóricos — por atravessar distintos corpos teóricos:

sua linguagem não é só interdisciplinar, mas também *pós*-disciplinar, inteligível aos geógrafos, aos sociólogos, aos antropólogos, cientistas políticos e historiadores igualmente. A ecologia política está assim bem posicionada para se converter em domínio de primeira linha da investigação empírica e em lugar de produção teórica pelas próximas décadas. (ibid., p.174).

A beleza deste novo campo, esta academia pós- e eco-disciplinar que coincide com a ecologia política expandida de Biersack, está “nas combinações ecléticas e marcos semielaborados que propagam a criatividade e tornam produtivos os desacordos”, mesmo que ainda não permitam o uso de um novo vocabulário de circulação imediata e transparente (TSING, 2011, p.216). Por mais que Biersack aposte na conversão da ecologia política em domínio de inteligibilidade trans-disciplinar, para Tsing ainda fazem falta vocabulários e imagens que façam sentido através dos quatro campos (aos quais talvez devêssemos acrescentar a geografia) que ela destacou — o que não significa que o ‘sentido’ não esteja sendo *já* produzido por entre mediações e equívocos tradutórios.

O campo de estudos emergente destas conexões — voltado para essa natureza-em-construção (*nature-in-the-making*) ou para a segunda-natureza como pós-natureza

histórico-político-ambiental e naturocultural — gesta sua própria rede problemática (sua rede de problemas por resolver), que informa ainda inúmeros programas de pesquisa: como os contextos de lutas ambientais impactam os modos de conceituá-los? Como diferenciar inimigos imperialistas e aliados locais nestas redes de mútuas apropriações e mal-entendidos? Como apreciar “o poder e a independência da natureza, mesmo quando o que conhecemos como natureza muda em relação com nossos programas humanos?” (ibid., p.216). Esses são os problemas herdados hoje por aqueles que, conscientes ou não, são interpelados por esse complexo teórico-prático eco²-político-acadêmico-militante (para reunir as contribuições tsinguanas e biersackianas sob um nome em si trans-, pós- ou eco-disciplinar... e problemático) que Tsing arrisca descrever como “o estudo da natureza em gestação” (ibid., p.216).

Referências

BARAD, K. **Meeting the Universe Halfway**. Durham & London: Duke University Press, 2007.

BIERSACK, A. Introduction: From the “New Ecology” to the New Ecologies. **American anthropologist**, v. 101, n. 1, p. 5–18, 1999.

BIERSACK, A. Reimaginar la ecología política: cultura/poder/historia/naturaleza. MONTENEGRO MARTÍNEZ, L. **Cultura y naturaleza. Aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia**. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, José Celestino Mutis, 2011. pp.135-194.

BLAIKIE, P. M.; BROOKFIELD, H. Defining and Debating the Problem. In: BLAIKIE, P.; BORRKFELD, H. **Land Degradation and Society**. London, England: Methuen, 1987. pp.1-26.

DOLPHIJN, R.; TUIN, I. VAN DER. **New Materialism: Interviews & Cartographies**. Ann Arbor: Open Humanities Press, 2012.

ESCOBAR, A. After nature: Steps to an antiessentialist political ecology. **Current anthropology**, v. 40, n. 1, p. 1–30, 1999.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?. En: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales - Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. pp.113-143.

ESCOBAR, A. «Mundos y Conocimientos de Otro Modo»: El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tábula Rasa**, v. 1, p. 51–86, 2003.

FERREIRA, M. H. M.. Educação ambiental libertadora e pluriversal: como educar-nos uns aos outros mediatizados pelo mundo de muitos mundos? **ClimaCom**, v. 11, n. 27, p. 1–16, 2024.

FERREIRA, M. H. M. **Por uma Transcrítica Materialista: mapeando viragens em compromisso com um possível materialismo futuro**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

HARAWAY, D. **When Species Meet**. Minneapolis: Univ Of Minnesota Press, 2008.

HERZFELD, M. **Anthropology: Theoretical practice in culture and society**. London, England: Blackwell, 2001.

MERCHANT, C. **The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution**. San Francisco: Harper & Row, 1980.

MIGNOLO, W. D. **Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MONTENEGRO MARTÍNEZ, L. **Cultura y naturaleza. Aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia**. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, José Celestino Mutis, 2011.

NODARI, A.; MACHADO, R. Transformar-se em nós-outros - Entrevista com Alexandre Nodari. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, v. xix, n. 543, p. 23–30, 2019.

O'CONNOR, J. **Natural Causes: Essays in Ecological Marxism**. The Guilford Press, 1997.

TSING, A. Nature in the Making. In: CRUMLEY, C. (Ed.). **Human Dimensions of Environmental Change: Anthropology Engages the Issues**. AltaMira Press, 2001. pp. 3-23.

TSING, A.L. La naturaleza en construcción. MONTENEGRO MARTÍNEZ, L. **Cultura y naturaleza. Aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia**. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, José Celestino Mutis, 2011. pp.195-226.

WOLF, E. Ownership and Political Ecology. **Anthropological quarterly**, v. 45, n. 3, p. 201–205, 1972.